

## POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : FSPCLASS. : Y 2160DATA : 18 06 91PG. : 1-3

## A lição de Auaris

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS

Desde o Dia do Índio, o tempo deixou de correr contra os ianomami, embora ainda não corra a favor: estamos num intervalo, por seis meses. Entre o momento em que o presidente da República anulou o decreto de seu antecessor que fragmentava o território desses índios em 18 ilhas, e o momento em que a comissão nomeada apresentará a solução definitiva para a demarcação das terras.

Por isso mesmo, urge compreender o sentido pleno do decreto de Sarney, a silenciosa e branca violência assassina que ele secreta. E para tanto, nada melhor do que a linguagem nua dos fatos — a lição de Auaris.

Enquanto Brasília discutia o decreto, uma equipe do Projeto Saúde Ianomami, da Fundação Nacional de Saúde, chefiada pela dra. Ivone Menegola e tendo como intérprete a antropóloga Alcida Rita Ramos, percorria a região do rio Auaris, extremo norte de Roraima. Por estar na periferia da atividade garimpeira, a área fora desde então considerada como preservada; calamidade, entretanto, é a palavra que melhor descreve o que ela encontrou.

A 15 de março, um helicóptero da FAB deixou a equipe em Olomai, afluente do baixo Auaris, território dos sanumá — pista interditada, casas vazias, seis mortos por malária desde fevereiro, 25% da população contaminada. Olomai tivera a desgraça de entrar na rota do garimpo, fora palco de um conflito armado que, em setembro passado, deixou três garimpeiros e dois índios mortos, além de um terceiro sanumá ferido por chumbo de espingarda. Desde então vivia assim, traumatizada, doente e abandonada, se excluirmos uma visita dos missionários da Missão Evangélica da Amazônia, em fevereiro.

A equipe começou o trabalho de

coleta das lâminas — Falciparum, a mais letal das formas de malária, apresentou, de longe, a maior incidência. Mas a peste não se limitava a Olomai: notícias do rio Kodaimadiu anunciaram a morte de quatro pessoas e a doença de muitas, mensageiros informavam que o estado de saúde dos xinkoi dubu era muito sério, e que a epidemia já se declarara entre os halaikana. Não foi possível ir até as aldeias desses índios — dia 18 o helicóptero já buscava os sanitaristas.

Em Auaris, encontraram a sede da missão de Meva fechada desde fevereiro, e a epidemia minando um terço dos sanumá e 35% dos maiongong, ampliando-se diariamente, causando quatro mortes. Uma semana depois, mensageiros dos kadimani vieram pedir socorro: acampados na mata além da montanha de Kesenabimagu, perto do garimpo de Ximara Ocho, os índios se encontravam em situação desesperadora — a peste se aliara com a anemia e a desnutrição aguda.

Em transporte, a equipe médica não podia deslocar-se até eles; aos doentes só restava tentar chegar a Auaris. Dia 27 de março os kadimani atingiram a missão: famélicos, deploráveis, arrastavam-se em fila indiana, apoiados em bastões ou nas costas dos mais fortes. O exame das lâminas, efetuado num trabalho incessante, revelou uma realidade espantosa: 151 casos de malária em 133 pessoas, um percentual de 114%! Com efeito, 107 pessoas tinham contraído Falciparum; 28, Vivax e 16... ambas. Duas mulheres e um menino morreram ali mesmo, em Auaris; e dos dez índios removidos para Boa Vista voltaram, de avião, os corpos da nora e do filho de dez anos do líder da aldeia, trazendo com eles o pranto dos nomi dubu, “os magros”, como foram apelidados pelos sanumá da missão os desnutridos kadimani. Só não houve mortandade porque

os sanitaristas se achavam na área sem tratamento, o Falciparum seria fulminante, fatal.

Ora, a peste que assola o vale do rio Auaris e afunda os sanumá e os maiongong na tragédia é o resultado direto e visível da passagem e estada temporária de uma dúzia de garimpeiros nas aldeias, roças e territórios de caça. O relatório da equipe médica é categórico: “Garimpeiros que nunca chegam a curar suas malárias acampam e transitam pelos igarapés e trilhas da mata como se fossem viveiros ambulantes de plasmodium alimentando a infestação de anofelinos. São, de fato, uma pequena amostra do que seria a situação sanitária dos ianomami e de quaisquer outros se fossem perpetradas as 19 ilhas em que o ex-presidente Sarney queria transformar o seu território. Demonstrem ao vivo o que aconteceria se corredores oficiais e legais fossem abertos entre as ilhas, com o trânsito livre e cada vez mais engrossado de multidões de transmissores de Falciparum e de Vivax.

A lição é clara. Auaris não é um caso isolado: o mapa epidemiológico do território ianomami demonstra que as rotas das epidemias coincidem com as dos garimpeiros. Estes trazem a peste antes mesmo de poluírem os rios, de devastarem a floresta, de romperem o equilíbrio ecológico. São o miserável e criminoso instrumento de quem espera que a maior contaminação possível crie os tão falados “vazios demográficos” que existiriam entre as ilhas de povoamento ianomami e justificariam o desmembramento e a expropriação das terras. Os garimpeiros são, assim, as desgraçadas marionetes que vêm “limpar a área”.

LAYMERT GARCIA DOS SANTOS, 42, é professor da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e autor de “Tempo de Ensaio” (Companhia das Letras).